Introdução

“Apreender as cidades é detectar o fio condutor de seu discurso, o seu código interno. Descrever e articular esse fio é a tentativa de ler a cidade, que parece um quebra-cabeça ilegível, semelhante ao sonho” (GOMES, 1994: 50). Como afirma Renato Cordeiro Gomes, seguindo a lição de Italo Calvino, o exercício de apreensão e leitura da cidade moderna exige do observador capacidade para decifrar a trama de símbolos que compõem as manifestações do tecido urbano. Para que esse emaranhado simbólico seja compreendido, torna-se necessário detectar as tentativas de construção de um imaginário coletivo da cidade na mídia impressa e na literatura, uma vez que a paisagem urbana e a paisagem social interagem continuamente em um movimento de trocas, conflitos, articulações e negociações travadas na arena dos relatos. Dessa forma, pensar a cidade é remeter a um campo de lutas simbólicas para compreender de que maneira grupos restritos, ao investir na especificidade do local em um mundo que evoca constantes diálogos com o global, afirmam-se como interlocutores privilegiados capazes de “narrar”, de forma consciente, o que é a cidade, e de representá-la.

Por este viés, refletir sobre como Petrópolis, na região serrana do Rio, se converteu em espelho da modernidade e do cosmopolitismo da sociedade carioca no final do século XIX e início do século XX exige analisar as representações desta cidade nos meios de comunicação de massa e na literatura, discursos em permanente negociação, em que o documental e o ficcional atuam como mediadores na construção da memória e do imaginário urbanos. Para isso, irá se recorrer a reportagens publicadas em veículos da mídia impressa de Petrópolis entre os anos de 1898 e 1906 (governos republicanos de Campos Sales e Rodrigues Alves, quando se promoveu a reforma urbana do Rio de Janeiro), e aos romances *Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá* (1919), de Lima Barreto, e *A profissão de Jacques Pedreira* (1913), de João do Rio, para que se possa averiguar como se articulou, pela mediação das narrativas, em representações cunhadas na imprensa e na literatura, a identidade de Petrópolis no período citado.

No tema abordado, a história (no presente trabalho é estabelecido um solo histórico para que se contextualize a cidade no cenário nacional, bem como as motivações que impulsionaram seu surgimento), a imprensa e a literatura (instrumentos mediadores capazes de dar feição às representações [FRANÇA, 2004: 21]) agem como suporte para a “costura” do tecido imagético da cidade de Pedro. Pretendo, assim, por meio de leituras múltiplas, e situando o estudo no contexto da cidade moderna, utópica, racionalmente planejada com vistas ao progresso, descortinar uma possível legibilidade de Petrópolis, nas narrativas midiáticas e literárias. Como afirma Vera França no ensaio *Representações, mediações e práticas comunicativas*,

As representações estão intimamente ligadas a seus contextos históricos e sociais por um movimento de reflexividade – elas são produzidas no bojo de processos sociais, espelhando diferenças e movimentos da sociedade; por outro lado, enquanto sentidos construídos e cristalizados, elas dinamizam e condicionam determinadas práticas sociais. Na sua natureza de produção humana e social, têm uma dimensão interna e externa aos indivíduos, que percebem e são afetados pelas imagens (passam por processos de percepção e afecção) – e, desses processos, as devolvem ao mundo na forma de representações (FRANÇA, 2004: 19).

Vale ressaltar que a escolha de tal percurso intelectual teve como instrumento propulsor a monografia do curso de pós-graduação “lato sensu” intitulada *Uma leitura da exclusão social na cidade do Rio de Janeiro no início dos séculos XX e XXI*, escrita em 2001, em que me propus a apontar as ações políticas e econômicas que engendraram a expulsão e a fragmentação social no Rio nos dois períodos citados. Para isso, amparei-me na literatura e na narrativa jornalística, a fim de articular o discurso sobre a cidade moderna em sua eterna construção e desconstrução. Observei, assim, como no início do século XX o jornalista e escritor Lima Barreto promoveu uma verdadeira revolução na literatura e no modo de se ler o país ao denunciar o aspecto excludente da sociedade carioca; ao lançar mão da leitura de Rubem Fonseca e de relatos do *Jornal do Brasil*, demonstrei como, 100 anos depois, essa mesma sociedade alimentava sua faceta hierarquizadora e renegava o passado. Dessa forma, obtive instrumentos para comparar como, em dois períodos distintos, a exclusão social e

o apagamento da memória foram impetrados de maneiras semelhantes no Rio de Janeiro.

A partir de então, “ler” e “decifrar” esse emaranhado de construções simbólicas denominado *cidade* passou a dominar meu interesse intelectual e a delinear o que se converteria em uma pesquisa acadêmica mais aprofundada sobre o tema. Até aquele momento, a relação com o Rio, cidade onde nasci, era de âmbito físico e emocional, jamais havia me debruçado sobre os livros a perscrutar análises sobre seu desenvolvimento como metrópole e os significados, no campo social, histórico, político e econômico, dessa transformação. Iniciada no estudo da cidade descobri, conseqüentemente, que esse emaranhado simbólico que caracteriza o espaço urbano requer, para ser compreendido, aprofundamento teórico estrito.

Assim, assumindo o papel de interlocutora privilegiada, lancei-me ao desafio de “narrar” as representações da cidade e de analisar, por intermédio de leituras múltiplas, como diferentes grupos, rivais e/ou aliados em momentos alternados, discutem a identidade da cidade, constroem um imaginário social e reelaboram seus ícones, diante de uma realidade em eterna reconstrução, na qual os fragmentos históricos, os apelos da indústria cultural e as múltiplas facetas da sociedade se entrelaçam e dialogam entre si. Por essa razão decidi retomar, no Mestrado em Comunicação Social, o estimulante estudo da construção de um imaginário coletivo da cidade na mídia impressa e na literatura. Por motivos que explicarei em seguida, desvio meu foco de análise para a primeira cidade brasileira planejada e “inventada” unicamente para o lazer da elite carioca: Petrópolis, na região serrana do Rio.

A escolha de uma cidade média como laboratório e objeto de estudo pode, a princípio, parecer contraditória, justamente por este espaço urbano não compartilhar com o Rio metropolitano – como já mencionado, meu objeto de estudo em sentido lato – a imagem de “videoclipe frenético” (CANCLINI, 1999: 153). Entretanto, a aproximação de Petrópolis como objeto de estudo acadêmico fundamenta-se em questões, a meu ver, de relevante questionamento intelectual. Entre elas, destaco algumas que me parecem pertinentes à pesquisa desenvolvida neste trabalho, a saber: que possíveis leituras podem ser engendradas de Petrópolis na mídia impressa e na literatura? De que maneira identidade, memória

e tradição interagem no cenário desta cidade, calculada e planejada segundo a ânsia racional e modernizadora de seus idealizadores?

Como o andamento da pesquisa, outras indagações emergiram, tais como: que auto-imagem ela própria negocia com o Rio de Janeiro e impõe a ele? Quais os significados simbólicos dos movimentos de “subida” e de “descida” da serra? Qual o sentido da utilização da imagem de “cidade ideal” para classificá-la? Em que momentos esta cidade assume o papel de rota de fuga e de símbolo do cosmopolitismo da elite carioca, e em que momentos sobressai a visão crítica a respeito dessa movimentação simbólica? Há diferenciação quanto à representação de Petrópolis entre os discursos jornalísticos e literários? Que veículos se intitularam porta-vozes da cidade? Como se constrói o imaginário, a identidade e a memória urbanas?

Outro fator determinante na escolha do tema foi o rumo de minha trajetória pessoal e profissional. Por força de acontecimentos curiosos do destino, descobri minha vocação para a Comunicação Social após passar pelos cursos de Economia e História, em nível de graduação. Ao perceber inaptidão para o exercício destas carreiras, felizmente mergulhei no maravilhoso universo da escrita, o qual descortinou o alvorecer de minha realização. No transcorrer desta trajetória, vida pessoal e profissional entrelaçaram-se naturalmente, ora em movimentos de equilíbrio, ora em total dissonância.

Dessa forma, por vielas nada lineares, e por isso a meu ver fascinantes, alcancei, com a maturidade, o que considero o ponto de partida de uma jornada: além de residir há 13 anos em Itaipava, distrito de Petrópolis, meu objeto de estudo, edito há dois anos uma revista de divulgação da cidade, nomeada *Estações de Itaipava*. Tais circunstâncias vêm me permitindo atuar como pesquisadora no exercício do jornalismo, uma vez que por intermédio da elaboração de um veículo de comunicação de massa proponho a construção de mais uma imagem para a cidade; como jornalista, vejo aumentar, a cada dia, a necessidade de aprofundamento acadêmico. Sendo assim, ao analisar as representações de Petrópolis construídas na mídia impressa, como também na literatura, estarei delineando uma escrita da qual, agora, faço parte.

Retomando a discussão, torna-se importante ressaltar que, em Petrópolis, somente a partir do plano urbanístico desenhado pelo engenheiro alemão

Frederico Koeler¹, a pedido do imperador D. Pedro II, a paisagem social e a paisagem urbana passaram a interagir, exercendo movimentos de articulação que possibilitaram o afloramento de tais questionamentos. Ou seja, lidamos aqui com uma cidade primeiramente imaginada, em seguida projetada e finalmente construída, segundo traçado urbano urdido a partir de desenho previamente calculado (fantasia da racionalidade moderna) e efetivado a partir de 1843, data de sua fundação. Pode-se supor assim, como assinala Angel Rama, em *A cidade das letras*, que

A transladação da ordem social a uma realidade física, no caso da fundação das cidades, implicava o desenho urbanístico prévio mediante as linguagens simbólicas da cultura sujeitas à concepção racional. Mas se exigia desta que, além de compor um desenho, previsse um futuro. De fato, o desenho devia ser orientado pelo resultado que se haveria de obter no futuro (...). O futuro que ainda não existe, que é apenas sonho da razão, é a perspectiva genética do projeto (RAMA, 1985: 31).

O futuro como sonho da razão, como projeto, ao menos no Brasil republicano do final do XIX e início do século XX, significava a reaproximação com a lógica excludente e hierarquizadora da sociedade tradicional, uma vez que a compreensão do subdesenvolvimento e das desigualdades levaria tempo até assumir contornos críticos entre a elite (SEVCENKO, 1998: 27). Por essa razão, no imaginário das camadas aburguesadas da sociedade brasileira daquele período havia a necessidade de se elaborar um cenário para a circulação social ordenado, belo e harmônico, sem as vísceras da realidade ainda colonial. Tal possibilidade se tornava palpável em Petrópolis, onde a mesma ordem vista como pré-condição para o progresso, que legitimaria a inserção compulsória do Brasil na *Belle Époque*, no dizer de Sevcenko, com a intervenção urbanística no Rio, no início do século XX, igualmente creditava à cidade serrana o título de arrabalde luxuoso isento dos entraves e dos constrangimentos da metrópole estilizada.

Pode-se até mesmo afirmar que, naquele momento, as mudanças na percepção e na maneira de se viver o cotidiano promovidas pela revolução científico-tecnológica geraram, inicialmente, entre inúmeras transformações, o

¹Anexo 1.

embrião do que se revelaria o primeiro traçado urbano racionalmente planejado do país; posteriormente, no âmbito social, grosso modo, efetivaram o desejo de diferenciação próprio da modernidade, com a cidade serrana se vinculando ao imaginário da nação (diga-se, para a classe hegemônica que se desejava sua representante) como cenário ideal para o lazer, um dos ícones do individualismo moderno. Vale lembrar que Petrópolis, ao contrário do Rio de Janeiro do “bota abaixo” de Pereira Passos, não presenciou a demolição de um passado arquitetônico colonial para que dessa desarticulação física surgisse uma cidade antenada aos ditames da modernidade. A cidade de Pedro, é importante ressaltar, criada para o descanso de Pedro II, de seus familiares e amigos próximos, colonizada por alemães, nasceu do Plano Regional de Urbanismo, único até então no país, que obedecia a normas modernas de urbanismo da primeira metade do século XIX, como será comentado.

Por essa razão, voltando à perspectiva cunhada por Angel Rama, em Petrópolis a geografia urbana consolidava uma nova ordem. Concebida a partir de um parto de inteligência, fruto do poder, a cidade também revelava que esse “sonho de uma ordem servia para perpetuar o poder e conservar a estrutura socioeconômica e cultural que esse poder garantia. E, além disso, se impunha a qualquer discursopositor desse poder (...)” (RAMA, 1985: 31-32). Nesse sentido, cabe à “cidade das letras” elaborar discursos que orientem o indivíduo. A função dela é construir a cidade ideal, projetá-la antes de sua existência, fazê-la sobreviver mesmo diante dos processos de fragmentação das experiências individuais e coletivas, fortalecendo os ideais de pertencimento.

A cidade letrada, também lugar antropológico porque identitário, relacional e histórico, tomando agora as palavras de Marc Augé (1994), torna-se, assim, “princípio de sentido para aqueles que *a* habitam e princípio de inteligibilidade para quem *a* observa” (AUGÉ, 1994: 51)². Habitar, observar: na cidade das letras, símbolos e sinais conferem sentido e inteligibilidade ao discurso moderno, mesmo considerando todas as suas incoerências e contradições. Nesse movimento, cabe ao narrador (especialista da memória, homem-memória,

²O lugar antropológico, para Augé, é identitário (relativo à identidade individual, como o local de nascimento), relacional (num mesmo lugar podem coexistir elementos distintos e singulares que partilham relações e identidades) e histórico (marcos que conjugam identidade e relação, “esse lugar que antepassados construíram, que mortos recentes povoam de signos, cujos poderes tutelares um calendário ritual preciso desperta e reativa a intervalos regulares” [AUGÉ, 1994: 53]).

segundo Margarida de Souza Neves [2000]), criar uma fala que faça sentido, que recontre o passado com vistas à formação de um futuro como projeção promissora do presente, e que as representações da cidade tecidas na escritura arregimentem as identidades sociais.

Por sua vez, esses homens-memória, ao transmitir conselhos, conhecimentos e tradições, possibilitam a sobrevivência das gerações vindouras. Somente dessa transmissibilidade advém a resistência à diluição e ao desaparecimento de normas, costumes e comportamentos, elementos responsáveis pela manutenção dos elos sociais. Nesse processo, a memória, mesmo que fragmentada pela impossibilidade de conservação do passado tal como aconteceu, se incumbe de reconstruí-lo pela ressignificação das lembranças, de acordo com o acúmulo de experiências adquiridas no tempo, e de incorporar, ou desprezar, os mais variados fragmentos.

Assim, se observará na leitura das narrativas sobre Petrópolis aqui pesquisadas que homens-memória, jornalistas e escritores, assumindo o papel de interlocutores privilegiados, articularão representações que darão sentido ao sujeito; sujeito que, naquela passagem de século, já se percebia fragmentado por sua transformação em indivíduo psicológico na cidade moderna, lugar da diversidade, da multiplicidade, do ritmo vertiginoso e do não habitual em que começava a fluir aquele modo de percepção designado modernidade, como assinala Maria Alice Rezende de Carvalho: “sob diferentes arranjos, as cidades ocidentais deram livre curso às representações que as identificavam ao *moderno* (...)” (CARVALHO, 1994: 19).

Por sua vez, se “a cidade moderna oferecia um *hic et nunc* eterno, cujo conteúdo era a transitoriedade, mas cuja transitoriedade era permanente” (SCHORSKE, 2000: 67), transitoriedade e fragmentação tornam-se condições necessárias para a realização do projeto da modernidade. Nesta ótica, cabe à cidade letrada, pela mediação das narrativas midiáticas e literárias, criar metáforas de cidade que tranquilizem o indivíduo, que estimulem o sentimento de pertencimento, que criem a identidade. “À pergunta sobre como ordenar a sociedade, como regulá-la, como legitimá-la racionalmente (...), o pensamento político respondeu muitas vezes com metáforas de cidade” (GORELIK, 1999: 62). Metáfora da modernidade, paradigma do lazer aristocrático, Petrópolis é ícone da ruptura com o passado colonial. Nada mais apropriado, para uma sociedade que

faz da ruptura tradição (PAZ, 1984: 17), tomar a concretude daquela cidade como palco simbólico para encenar seu rompimento definitivo com o passado e ensejar um tempo em que seria mais “européia”.

Nesse sentido cabe ressaltar que, como experiência imaginada (tomando de empréstimo o termo cunhado por Benedict Anderson para analisar a construção do conceito de nação [1989])³, a realidade urbana também perpassa pela questão da identidade. Por este viés, cabe indagar de que forma as múltiplas construções da identidade social dialogam entre si, identificam-se e distinguem-se no contexto urbano. “Para definir a identidade de um grupo, o importante não é inventariar seus traços culturais distintivos, mas localizar aqueles que são utilizados pelos membros do grupo para afirmar e manter uma distinção cultural”, afirma o antropólogo Denys Cuhe (1999: 182). Suas palavras, de fato, ensejam que a identidade é uma negociação, um complexo processo de trocas – espontâneas e/ou manipuladas – entre os diferentes estratos da sociedade, e que em nenhum instante é algo dado, pronto, uma essência; ou, como define Homi Bhabha no livro *O local da cultura*, um conceito de “temporalidade do pedagógico” (BHABHA, 1998: 207), de continuidade da tradição.

Por esse viés, se a identidade é um elemento que se constrói e se reconstrói no interior das trocas sociais, está inevitavelmente sujeita às mais distintas variações e a múltiplos deslocamentos, uma vez que as trocas entre o “eu” e o “outro” não se limitam a acordos pré-estabelecidos e estáticos, como já se

³Nesse ponto é importante assinalar que o Brasil, a partir do século XIX, apesar de sua imensidão geográfica, colocava em prática os conceitos de nação soberana, limitada e imaginada discutidos por Benedict Anderson (ANDERSON, 1989). Mesmo sem um projeto oficial que mobilizasse a população em torno de um líder ou ideal comuns, todos os brasileiros, de norte a sul, começavam a se imaginar parte de um todo unificado no qual se falava o mesmo idioma. Este sentimento, pouco palpável mas efetivo, prescindia do que Eric Hobsbawm classifica como elemento do “artefato, da invenção e da engenharia social que entra na formação das nações” (HOBSBAWM, 1990: 19). Entretanto, mesmo que se percebesse a unificação de forma latente, naquele início de século XIX não havia um projeto de construção nacional por parte da monarquia. Havia, porém, a necessidade de se conceber crenças capazes de promover a coesão social por intermédio de artefatos culturais, ou seja, de se inventar para o Brasil um projeto de nação unificada, uma vez que era real a preocupação de elite imperial com o problema da identidade nacional. É nesse momento, por exemplo, que o Descobrimento começa a ser inventado. “Os responsáveis essenciais encontravam-se, de um lado, no trabalho dos historiadores, que fundamentava cientificamente uma “verdade” desejada, e, de outro, na atividade dos artistas, criadora de crenças que se encarnavam num corpo de convicções coletivas”, como explica Jorge Coli em *Primeira Missa e Invenção da Descoberta* (COLI, 1998: 107). Será naquele momento que a Carta de Pero Vaz de Caminha vai respaldar interesses político-ideológicos, daí sua publicação apenas em 1817. Por conseguinte, o quadro de Vitor Meirelles, retratando a Primeira Missa no Brasil, tal qual descrita na Carta, faz com que o Descobrimento tome corpo e se instale de modo definitivo no interior de nossa cultura.

acreditou o serem, são ato contínuo e conturbado, desmancham-se tão logo se estabelecem. A identidade inscreve-se, assim, na “estratégia do performático”, como postula Bhabha (BHABHA, 1998: 207), de reinvenção da tradição, o que permite afirmar que as manobras utilizadas pelos indivíduos para autodefinir-se como pertencentes a um ou a vários grupos são instrumentos de lutas sociais de classificação, que buscarão ou a reviravolta ou a reprodução das relações de dominação. E será dentro dos limites territoriais dos Estados que as trocas serão negociadas pelos agentes sociais, ainda que essa negociação pelo reconhecimento perpassa por articulações conflitantes com os interesses dos grupos majoritários. “Estamos diante da nação dividida no interior dela própria, articulando a heterogeneidade de sua população. A nação torna-se um espaço liminar de significação, que é marcado internamente (...) por autoridades antagônicas e por locais tensos de diferença cultural” (BHABHA, 1998: 209).

Dessa forma, não é incorreto afirmar que na construção da identidade social os membros do grupo utilizam ícones (reunidos em forma de patrimônio, bastante pungentes em Petrópolis), para elaborar sua auto-imagem. “Este patrimônio, constituído por lendas, histórias, mitos, imagens, pinturas e filmes que falam da cidade, formou um imaginário múltiplo, que todos compartilham (...) para montar uma visão que os tranqüilize na cidade” (CANCLINI, 1997: 89). Ao reunir fragmentos de imagens na tentativa de montar, assim como quem monta um quebra-cabeças, um todo social unificado, as comunidades confirmam sua crença na possível formação de um conjunto coeso. No entanto, deixam de perceber que a tentativa nasce fadada ao fracasso, visto que os fragmentos, mesmo agrupados, impedem a formação homogênea. Neste movimento de unificação, os “cacos” são instantaneamente ressemantizados, assim como o conjunto que passam a constituir.

As representações de Petrópolis nos discursos documental e ficcional, em momentos distintos, se deslocam da exaltação à crítica (declarada ou perspicaz) a respeito das estratégias de identificação e/ou de diferenciação impetradas pelos agentes sociais. No dizer de Stuart Hall, “as identidades nacionais não são coisas com as quais nascemos, mas são formadas e transformadas no interior da *representação* [grifo do autor]” (HALL, 2003: 50). Com base no direcionamento teórico proposto, narrar as representações de Petrópolis na mídia impressa e na literatura, considerando seu papel de fomentadoras da construção do imaginário,

da identidade e da memória urbanas, em um cenário no qual os símbolos histórico-regionais dialogam com os meios massivos de comunicação, é o objetivo desta pesquisa.

Para tal fim e por intermédio das representações dos discursos midiático e literário, entendidas aqui como “imagens que criam identidades” (FRANÇA, 2004: 19), penso descortinar uma possível legibilidade da Cidade Imperial – alcunha que Petrópolis recebeu nos anos 80 do século XX, durante o governo do general João Batista Figueiredo. Com esse objetivo, tomarei a cidade de Pedro como laboratório e, como fontes primárias de pesquisa, reportagens publicadas nos jornais *Gazeta de Petropolis*, *Gazeta Fluminense* e *Tribuna de Petropolis* e a revista *Verão em Petropolis*, além dos romances *Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá*, de Lima Barreto (supostamente escrito entre 1906 e 1918, porém publicado em 1919), e *A profissão de Jacques Pedreira*, de João do Rio (publicado parcialmente em 1910 como folhetim na *Gazeta de Notícias*, impresso de forma incompleta pela Garnier em 1913, edição destruída pelo autor, pelo excessiva quantidade de erros tipográficos e reeditado em 1992⁴), como articuladores de discursos sobre esta cidade.

Para fins de recorte do material, a pesquisa seleciona as edições publicadas nos meses de dezembro dos seguintes anos: *Gazeta de Petropolis* (1898, 1899, 1900, 1901 e 1902); *Gazeta Fluminense* (1905); *Tribuna de Petropolis* (1902, 1903, 1904, 1905, 1906); *Verão em Petropolis* (edição do ano de 1903, referente ao verão de 1902). A seleção das edições publicadas no último mês do ano deu-se por ser este o mês em que, no final do século XIX e início do século XX, a sociedade carioca se deslocava para a serra a fim de desfrutar a cidade ao longo da “estação calmosa”, o verão, movimentação esta antes simbólica e classista do que simplesmente física. A escolha dos governos republicanos de Campos Sales e de Rodrigues Alves para delimitação do *corpus* da pesquisa nos jornais e revista justifica-se por serem períodos representativos dos anseios de modernização do país, corroborados pela reforma urbana colocada em prática no Rio de Janeiro. Vale destacar, ainda, que para manter fidelidade às narrativas midiáticas, a grafia

⁴Trabalho nesta pesquisa com a edição do romance preparada na Fundação Casa de Rui Barbosa por Flora Süsskind e Rachel Teixeira Valença, com apoio do Instituto Moreira Salles e publicada pela editora Scipione em 1992. RIO, João do. *A profissão de Jacques Pedreira*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, São Paulo: Scipione: Instituto Moreira Salles, 1992 (1911): 154.

dos textos, bem como do nome dos veículos, como desenvolvida na época, foi transcrita para a dissertação.

Torna-se relevante igualmente ressaltar que a pesquisa nessas fontes foi permeada de dificuldades, visto que os jornais e a revista encontram-se em estado de conservação precário, em acervo não microfilmado na Biblioteca Municipal de Petrópolis. Já o acervo hemerográfico da Biblioteca do Museu Imperial de Petrópolis não está disponível para pesquisa há mais de um ano, em função de uma obra estrutural no prédio da biblioteca. Os veículos encontrados na Biblioteca Nacional, ainda que bastante deteriorados, estão microfilmados, porém ficam de fora do *corpus* da pesquisa. Daí ser importante destacar que não teço no presente trabalho uma “história” da imprensa petropolitana, em nenhum momento foi essa a intenção. Na verdade, decidi adotar o pensamento do historiador Carlo Guinzburg como norte para as investigações: “se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la” (GUINZBURG, 1989: 177). Nesse sentido, os textos fisicamente acessíveis à leitura se converteram em paradigmas indiciários (GUINZBURG, 1989: 151) da tessitura urbana aqui investigada.

Assim, no primeiro capítulo, intitulado “A cidade inventada”, farei, a princípio, no item “Nasce uma cidade”, um breve retrospecto histórico da fundação de Petrópolis e das motivações que impulsionaram sua construção, ainda no período monárquico. Averiguarei, portanto, de que maneira Petrópolis, inventada para servir como refúgio de verão da família imperial, se converteu em rota de fuga das classes abastadas, que para lá se dirigiam naquela estação a fim de escapar das epidemias ocorridas no Rio de Janeiro, o que promovia um deslocamento, antes de tudo, simbólico. Avaliarei, ainda, de que maneira o futuro como materialização do progresso, da civilização, ali encontrava solo para sua efetivação.

A partir daí tratarei de analisar, no item denominado “Narrativas de construção”, como as narrativas dos meios impressos, ainda no período monárquico, representam a cidade, cristalizam-na como ícone de um país que se queria moderno e europeizado. Assim, avaliarei como Petrópolis traduziu os anseios da elite na história de sua construção e nas representações construídas pela mídia impressa, narrativas que vão agregar o respaldo da veracidade jornalística a esse discurso. Observarei ainda que, como testemunha ocular dos acontecimentos,

a imprensa petropolitana, além de escritores de renome no país que teceram leituras sobre Petrópolis em jornais do Rio, registram o cotidiano da cidade, descrevendo-o em seus escritos diários, fomentando a construção de imagens da cidade de Pedro. Por este viés, lançarei bases para analisar como, pela mediação, as narrativas constroem o imaginário social, a memória e a identidade urbana.

Assim, no terceiro e último item do primeiro capítulo, nomeado “Petrópolis: memória e representação”, analisarei como o discurso da imprensa petropolitana, impetrado por seus articuladores, creditava à cidade o status de modelo para uma modernidade desejada. Com base nas narrativas publicadas no mês de dezembro dos jornais *Gazeta de Petropolis*, *Gazeta Fluminense* e *Tribuna de Petropolis* e de textos da edição única comemorativa da *Verão em Petropolis*, pensarei, igualmente, de que forma esse discurso jornalístico, como prática social, cria a memória e o imaginário urbanos pela representação. Nesse sentido, assim como os articuladores daquela imprensa agiam como homens-memória, os jornais e a revista assumiam a função de “lugares de memória”, no dizer de Pierre Nora.

Por sua vez, interpretarei as motivações que transformaram o verão em Petrópolis em temporada para o lazer aristocrático. Ou seja, se os registros da imprensa escrita assumiam a forma de documento de reafirmação da hegemonia da classe republicana arrivista, o balizamento sazonal era transformado em “monumento comemorativo de um acontecimento memorável” (LE GOFF, 1986: 431). Ao longo da estação transformada em monumento comemorativo, a valorização dos ideais de conforto individual e bem-viver também ganham o respaldo da publicidade, narrativa analisada na *Verão em Petropolis*.

Pode-se afirmar então que, ao narrar das mais diversas maneiras o cotidiano, a imprensa funda a cidade, reconstruindo-a por intermédio das letras. Em função disso, o mote do segundo capítulo, nomeado “A cidade letrada”, será, em um primeiro momento – “A missão dos jornais” – apontar, por intermédio do editorial de lançamento dos três jornais tomados como fontes primárias de pesquisa, de que maneira os discursos dos editorialistas ensejavam falas doutrinárias, entendidas aqui como “engessadas”. Por este viés, pretendo refletir sobre como, ao assumir o lugar de porta-vozes para um grupo social restrito, com o qual compactuavam pela disputa do poder e da hegemonia social, esses editorialistas promovem discursos desarticuladores da função utilitária da narrativa, de que nos fala Walter Benjamin em *O narrador* (1985).

Averiguarei, assim, que aquele grupo não apenas cultuava o progresso, a linearidade temporal e a razão, como igualmente tornava esses ideais permanentes instrumentos de domínio e de sua perpetuação no poder. A fim de contextualizar a ação desses jornais no cenário urbano, entremeari a análise com informações sobre o panorama socioeconômico e político do país e de Petrópolis, panorama que também contribuiu para uma produção jornalística intensa na cidade.

Em um segundo momento, “Imprensa: voz e poder”, será feito o mapeamento de outros veículos da mídia impressa que circulavam na cidade, com o objetivo de apontar como se articulava aquela imprensa, sua produção ao longo do período pesquisado; a análise do conteúdo editorial dos jornais *Gazeta de Petropolis* e *Gazeta Fluminense*, como também a identificação de seus editores e colaboradores será ensejada, com o intuito de revelar a que vozes correspondiam e davam vazão.

No terceiro subcapítulo “Construções do imaginário urbano”, averiguarei como as linhas editoriais da *Tribuna de Petropolis* e da *Verão em Petropolis* se equiparam à dos demais periódicos. Por este viés pensarei como, tomando as palavras de Marialva Barbosa, “a escrita deve ser vista como elemento básico de construção seletiva da memória, que engendra, sobretudo, a questão do poder. Percebendo-a como seleção e construção, é necessário ver os agentes ou os senhores desse operação como detentores de poder” (BARBOSA, 2000:107). Na análise dos quatro periódicos, será observado que seus editores não abdicam de sua missão como propagadores e defensores de um sonho de ordem e de harmonia urbana e social – ideal a que a cidade serrana, ao menos para eles, se encaixava com perfeição – e de sua autoridade como vozes emissoras dessa mensagem. Daí a necessidade de lutarem pela manutenção desse lugar diferenciado de onde se emitem essas vozes, construtoras da identidade e do imaginário urbano.

Por fim, no terceiro e último capítulo, intitulado “A cidade revelada”, serão analisadas as representações de Petrópolis nos romances *Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá*, de Lima Barreto, e *A profissão de Jacques Pedreira*, de João do Rio. Os romances não tratam exclusivamente da representação da cidade serrana, mas de sua relação de espelhamento com o Rio republicano da *Belle Époque* (em ambas as tramas, a cidade é convertida em espaço privado onde se criara o mito de uma “espantosa sociedade temporária, fundada no jogo-

espetáculo, onde se travam, de modo mais intenso que na vida cotidiana, relações, amizades, flertes, amores” [MORIN, 2002: 74]).

Nesse movimento, Petrópolis assume posição recessiva, pois o intuito do terceiro capítulo, de fato, será analisar as negociações entre imprensa e literatura por intermédio da mediação de dois jornalistas e escritores, Lima Barreto e João do Rio. Ora de forma irônica e crítica (Lima Barreto), ora de forma a apresentá-la como cenário onde se descortinam as cenas do teatro mundano (João do Rio), as representações da cidade da serra nesses autores revelam o refinamento daqueles olhares sobre a realidade, deixando entrever a trama complexa do contexto social da nação. O aparente desvio é, de fato, uma deriva dos capítulos anteriores, adotada para fins de discutir como dois homens da imprensa, também escritores, ao libertarem a experiência estética dos dogmas estilísticos pelo viés do jornalismo promovem o diálogo entre literatura e cultura de massa, tornando-se mais próximos do público leitor. Nesse sentido, incrementam o debate sobre os novos papéis dos homens de letras – ao adotarem posições diferenciadas de seus pares, mais modernas – por revelarem consciência sobre a importância do mercado para a produção intelectual e compreensão dos limites borrados entre mídia impressa e literatura.

No primeiro item desse capítulo, nomeado “A ‘cidade-espelho’ em Lima Barreto”, o romance *Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá* será entendido como revelador de um estilo diferenciado. Na análise de Silvano Santiago, “a posição isolada de Lima Barreto explica-se pelo fato de ter ele assumido uma *estética popular* [grifo do autor] numa literatura como a brasileira, em que os critérios de legitimação do produto ficcional foram sempre os dados pela literatura erudita” (SANTIAGO, 1982: 166). Ou seja, percebe-se que, se as narrativas midiáticas de Petrópolis pouco evidenciam visões críticas quanto à sustentabilidade de um palco ilusionista, ainda assim emergiam vozes indagadoras que refletiam criticamente sobre a realidade. Não obstante o contexto de narrativas midiáticas “engessadas” parcialmente aniquilasse a experiência, brechas nesse mesmo contexto davam ensejo à efervescência de mentes indagadoras.

Em outras palavras, a crítica lúcida de Lima Barreto, bem como sua estética (o mesmo será dito sobre João do Rio) revelam que o autor via nos meios de comunicação a possibilidade de aproximação entre o escritor e o público. Lima Barreto percebe e valoriza a função mediadora da produção massiva, ao contrário

dos que associavam essa mediação, ainda que inevitável, ao empobrecimento da arte literária, unicamente. “Sua estética, por meio do viés do jornalismo, se distinguiria principalmente pela simplicidade, pelo despojamento, contenção e espírito de síntese, aplicados à linguagem narrativa, enquanto que o tratamento temático se voltaria para o cotidiano (...)” (SEVCENKO, 1983: 167). Já como crítico social, entende que a República não propagou a democracia política e econômica. Daí a preocupação do autor em *Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá* fazer sobressair a crença no direito dos oprimidos ao trabalho, à prosperidade e, principalmente, à felicidade, independentemente das arbitrariedades da segmentação social; naquele contexto, Petrópolis, cidade que dá nome a um capítulo do romance, é cenário de circulação da classe que ignora as nuances da realidade nacional e tem olhos somente para a Europa.

Em um segundo momento, “E as artes invadiram os diários”, avaliarei como se iniciou a negociação entre a imprensa escrita e literatura, e por conseguinte a aproximação entre mercadoria e arte. Observarei que nesse jogo de troca de influências, próprio da modernidade, a literatura utiliza recursos do jornalismo e, esse, artifícios literários. Assim se pode afirmar que, por intermédio da técnica, “as massas sentem próximas, (...) até as coisas mais longínquas e mais sagradas” (MARTIN-BARBERO, 2003: 86). Nesse movimento, João do Rio traz à cena um novo modo de narrar o cotidiano, um jornalismo genuíno, que tanto vai aos becos da “canalha”, como aos salões da “gente de cima”, os “encantadores”.

Assim, no último subcapítulo, “A ‘gente de Petrópolis’ em João do Rio”, penso como tal atributo camaleônico permite a esse cronista-repórter penetrar em lugares e ter contato com pessoas as quais o público não tinha acesso; assim, ele lê os signos no labirinto da cidade e reflete sobre sua condição moderna e cosmopolita causada pela introdução, em seu cotidiano, de muitos aparatos técnicos. Nesse palco em que o jornal dá suporte à efemeridade da crônica, João do Rio cria *A profissão de Jacques Pedreira*, em que elabora um panorama da vida mundana, tal qual cronista social, porém permite, nessa descrição, que se perceba a alma da elite nacional, classe arrivista, mesquinha e perdulária.

Para isso, fixa Petrópolis como cenário para o início e para o fim da trama, balizando dois momentos da vida do protagonista Jacques Pedreira (imaturo, no início, feito homem, ao final), corroborando a presença da cidade serrana como lugar de auto-reconhecimento e de circulação para classe aburguesada do Rio, e

como extensão para suas negociatas. Dessa forma, Lima Barreto e João do Rio deixam subentendido que Rio e Petrópolis, salões-espelhos para a elite republicana carioca, abrigavam a doce competição que elegia os ambientes mais refinados, as festas mais magníficas e os espíritos mais encantadores. Mas não apenas isso, como pretendo discutir ao longo deste trabalho.